

Paradoxos do apoio comunista à criação do Estado de Israel: Uma investigação à luz da natureza política do Estado Soviético

Paradoxes of Communist Support for the Creation of the State of Israel: An Investigation in Light of the Political Nature of the Soviet State

Breno Ventura Barbosa

Mestrando em História Comparada¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

breno.v.b.bvb@gmail.com

Recebido: 01/08/2025

Aprovado: 09/12/2025

Resumo: O presente artigo tem como objetivo explicitar as motivações para o apoio da União Soviética à criação do Estado de Israel em 1948. Em um primeiro momento tratamos, de maneira sintética, do sionismo em sua dimensão discursiva e prática, além da conjuntura e do contexto que permitiram a realização de seu projeto, diga-se a criação de um Estado Judeu. Posteriormente, traçamos uma análise sobre a natureza política do Estado Soviético através do conceito de Stalinismo, trabalhado por Leon Trotsky e a subsequente leva de historiadores que contemplaram tal terminologia. Tal movimento nos permitiu a formulação da hipótese de que, em função da conjuntura internacional específica e da natureza política do regime que formou-se na União Soviética, a posição de reconhecimento da criação do Estado de Israel era uma possibilidade de garantir os objetivos políticos soviéticos na arena internacional. Igualmente, a estabilidade e possibilidade de prejudicar, ainda que minimamente, a influência britânica na região foram algumas das motivações que atravessaram tal decisão.

Palavras-chave: URSS; Palestina; Israel.

Abstract: This article aims to clarify the motivations behind the Soviet Union's support for the creation of the State of Israel in 1948. We first briefly discuss Zionism in its discursive and practical dimensions, as well as the circumstances and context that enabled the realization of its project—the creation of a Jewish state. Subsequently, we analyze the political nature of the Soviet state through the concept of Stalinism, as developed by Leon Trotsky and the subsequent wave of historians who have embraced this terminology. This movement allowed us to formulate the hypothesis that, given the specific international context and the political nature of the regime that emerged in the Soviet Union, recognizing the creation of the State of Israel was a way to guarantee Soviet political objectives in the international arena. Likewise, stability and the possibility of undermining, even minimally, British influence in the region were among the motivations behind this decision.

Keywords: USSR; Palestine; Israel.

¹ Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brasil).

Introdução

No final do século XIX, o jornalista austríaco, Theodor Herzl, publicará *Der Judenstaat*, obra na qual vemos uma das mais famosas defesas da criação de um Estado para o povo judeu, o qual encontrava-se espalhado por toda a Europa. Sob justificativas que remontam às perseguições históricas a esses povos, tal ideia, segundo Osvaldo Coggiola, espalhou-se como um “fogo no palheiro”, apesar da pouca circulação impressa da obra de Herzl.

No século XX, por sua vez, tal ideário foi o ponto fulcral para o escalonamento de tensões que, mescladas a conjunturas mundiais específicas, se consubstanciam em reivindicações institucionais que advogam pela contemplação de demanda pela terra sagrada. Sob o respaldo da perseguição histórica dirigida aos judeus, uma memória sensível acerca do Holocausto perpetrado pelos nazistas, bem como do apoio de comunidades cristãs que viam no retorno do povo judeu ao território de Jerusalém o símbolo do cumprimento de profecias bíblicas, sob protestos dos povos que historicamente ocupavam aquela região, em 1947, o Estado de Israel foi criado.

Os desenlaces de tal evento perduram até os dias atuais, deflagrando um cenário catastrófico de crise humanitária, perseguição étnica e um verdadeiro genocídio das populações que ali se faziam presentes antes dos israelenses. Uma questão que traz certa estranheza quando confrontada é a do reconhecimento da União Soviética ao Estado recém-criado. Nesse caso, não vislumbrando esgotar tal questão mas realizar uma revisão analítica que contribua para o seu entendimento, o presente artigo pretende revisitá-la momento da história soviética, o qual foi atravessado por uma conjuntura singular e um arranjo político e econômico específico que se consubstanciou em tal decisão.

Através da investigação historiográfica percebeu-se um quadro no qual o governo Soviético, na conjuntura internacional que seguiu-se à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), optou por uma análise de política acerca da sua eventual influência no Oriente Médio que, somado a um arranjo político específico - o qual fazia-se presente desde meados dos anos 1920 - acreditou que tal decisão era a mais apropriada para a suas pretensões futuras. O artigo está dividido em 4 partes, tendo na primeira uma rápida passagem sobre o contexto da criação do Estado de Israel, o que seguiu-se da historicização da formação política do Estado Soviético passando, na terceira sessão, para o entendimento das motivações de tal reconhecimento. Nas considerações finais são realizados alguns balanços e reflexões que foram formuladas no decorrer da análise.

A criação do Estado de Israel

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e posterior dissolução do Império Otomano (1922), sob o jugo do Império Britânico, temos uma posição ambígua por parte da Grã-Bretanha em relação à presença judaica em território árabe. Ao mesmo tempo em que a Declaração Balfour, de 1917, marcava o apoio à causa sionista, com o impulsionamento da imigração judaica nas décadas seguintes, os britânicos também publicaram o chamado Livro Branco, de 1939, que limitava a imigração judaica e estabelecia restrições para a compra de terras árabes por judeus.

O povo árabe, outrora fundadores de um grande centro do império árabe-islâmico medieval, contudo, durante séculos ficaram submetidos ao jugo dos turco-ottomanos. Durante a Primeira Guerra Mundial, esses povos lutaram contra os otomanos, em uma aposta que trouxe esperanças e desilusões. Como o Império Otomano havia se alinhado com os países centrais - Alemanha, Império Austro-Húngaro - o povo árabe se aproximou dos aliados, estabelecendo, assim, uma aliança.

A questão que aqui se impõe é a de que nunca se pretendeu deixar o território nas mãos árabes. Com o esmagamento do Império Russo pelas vias revolucionárias de 1917, o então Ministro das Relações Exteriores do novo governo, Leon Trotsky, ordenou a abertura dos cofres do Ministério e a divulgação de documentos até então secretos, os quais revelavam que nem os franceses nem os britânicos cogitaram prestar apoio a uma nação árabe independente. Isso se deve, em grande medida, à concepção eurocêntrica das potências dirigentes, perspectiva perene na Liga das Nações, entidade que antecedeu a ONU, e acreditava que esses povos não seriam dotados da “capacidade de se autogovernar”. Não é coincidência que, em tal período, os movimentos internacionais de esquerda sempre hastearam a bandeira da autodeterminação dos povos, que visava fazer frente a tais justificativas típicas dos impérios moribundos que se digladiaram nos conflitos mundiais do século XX em prol da manutenção de suas respectivas pretensões imperialistas.

A perseguição aos judeus pelo vendaval da ideologia nazista e sua tara racista eugênica assolando parte da Europa impulsionaram a migração desses povos para a Palestina, inclusive clandestinamente. A despeito do rechaço local, a presença de judeus na Palestina cresceu em larga escala durante a década de 1930-1940. Os árabes não se equivocaram em seu diagnóstico acerca das motivações de tal migração. Isso, segundo o historiador uruguai-brasileiro Osvaldo Coggiola, aponta que o sionismo era um dos motores de tal movimentação, com a mesma perspectiva sendo alimentada, principalmente na Europa central e oriental, em função de três fenômenos do século XIX, seriam estes:

a decomposição da estrutura feudal dos impérios czaristas e austro-húngaro, que minou os fundamentos socioeconômicos da vida judia, as condições da evolução capitalista que bloquearam o processo de proletarização e de assimilação, e a escalada brutal do antisemitismo mais violento (COGGIOLA, 2024, p. 34).

Um ano após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, o número de judeus no território era de 1.846.000, cerca de 20% a mais do que em 1922, quando contavam com cerca de 649.000 habitantes no ano do findar do Império Otomano². Entre 1936 e 1939 a chamada Revolta Árabe ou Grande Revolta Palestina, denota o nacionalismo crescente e a oposição à cada vez mais numerosa presença judia no território palestino. Além disso, o domínio colonial britânico era aqui contestado, de forma que, a partir de 1937, forças camponesas somaram-se ao conflito, representando a organicidade e o apoio popular à causa em questão.

Ao versar sobre a revolta supracitada e analisar a documentação oficial britânica que a relatou, o escritor e ativista político Ghassan Kanafani assinala que ela se deu, em grande medida, por alterações na própria dinâmica econômica interna daquela região, o que se somava a um temor de uma certa substituição dos espoliadores do território palestino:

os conflitos agudos envolvidos na transformação da sociedade palestina de uma sociedade árabe agrícola-feudal-clerical para uma sociedade burguesa industrial sionista (ocidental), haviam atingido seu clímax (...) em meados da década de 1930 e, de fato, a liderança do movimento nacionalista palestino foi obrigada a adotar uma certa forma de luta armada porque não era mais capaz de exercer sua liderança em um momento em que o conflito havia atingido proporções decisivas. (GHASSAN, 1980, p. 36).

Em 1947, a Grã-Bretanha já havia percebido o grau de complexidade das tensões que envolviam a região. Aos poucos perdia influência sobre ambas as partes em disputa. Em 25 de fevereiro viu-se que o resultado disso se deu sob as mãos do secretário das Relações Exteriores britânico, Ernest Bevin, ao encaminhar a questão palestina para a recém criada ONU, a fim de encontrar uma melhor solução para um problema que os britânicos não mais enxergavam formas de solucionar. Segundo o historiador estadunidense Eugene Rogan,

As diferenças entre judeus e árabes na região eram irreconciliáveis (...) Em setembro de 1946, os esforços britânicos para convocar uma reunião de líderes árabes e judeus em Londres fracassaram quando ambos os lados se recusaram a comparecer. Reuniões bilaterais subsequentes na capital inglesa em fevereiro de 1947 tampouco obtiveram sucesso, sob o peso de demandas contraditórias árabes e judaicas por um Estado próprio. Os britânicos haviam chegado a um impasse, e a falácia da

² Esses dados podem ser encontrados em: Nexo Jornal. **As origens do Estado de Israel e do conflito com os palestinos.**

Declaração Balfour era agora clara: a Grã-Bretanha não poderia oferecer um ‘lar nacional para o povo judeu’ sem prejuízo dos “direitos das comunidades não judaicas da Palestina” (ROGAN, 2021, p. 413).

Em 1947, a recém fundada Organização das Nações Unidas propôs um plano de partilha do território entre árabes e judeus logo após a saída dos britânicos da região. A resolução de número 181 recomendava a criação de dois Estados independentes, além de um regime especial internacional para administrar Jerusalém devido ao seu valor histórico-religioso. As lideranças palestinas e árabes se posicionaram contra tal movimentação. Em 14 de maio de 1948, David Ben Gurion declarou a independência do Estado de Israel. No dia seguinte, Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque atacaram o país. Em 1949, um armistício foi assinado, traçando no mapa da região uma linha divisória conhecida como “linha verde”.

O sionismo não hesitou em criar seus mitos fundadores para o estabelecimento do seu Estado. É digno de nota que, apesar das alegorias religiosas que foram empreendidas a fim de legitimar a vitória israelense na guerra, tais discursos se esvaziam quando se examina o quadro com maior atenção e cuidado com as fontes. Tal empreitada coube aos historiadores, que trataram de confrontar as versões israelenses que equiparavam o conflito de 1948

ao embate bíblico entre Davi e Golias, vencida em um esforço heróico dos israelenses por sua sobrevivência contra o poder esmagador de sete exércitos combinados. Diante desse conflito, os palestinos teriam fugido para os Estados árabes vizinhos por ordens de seus líderes apesar dos apelos dos judeus por uma convivência pacífica e esforços posteriores pela paz foram minados pela intransigência árabe (JUNIOR, 2024, p. 18).

Baseando-se em Avi Shlaim, Corrêa Júnior situa que tal interpretação se faz totalmente seletiva e subjetiva e que, ao analisar documentos oficiais relacionados à fundação do Estado Israelense, temos que a comunidade judaica palestina, a chamada yishuv, contava com uma larga vantagem prévia sobre os exércitos árabes em termos de organização e estrutura, tendo sanado suas principais dificuldades, que se davam sob um armamento deficitário, ainda durante o primeiro cessar-fogo do conflito. Somado a isso, é notório o desalinhamento entre os Estados árabes, com destaque para o caso da Transjordânia, onde constata-se a ambição de seu governante, o rei Abdullah, de anexar a Cisjordânia. Isso levou Abdullah a estabelecer acordos políticos com os israelenses, prejudicando relações de confiança entre as nações que se alinharam contra o Estado recém-criado.

Por outro lado, a ideia de que as lideranças árabes haviam ordenado a fuga dos palestinos não se sustenta, devido a ausência de alguma materialidade que refletisse tal ordenamento. Além disso, historiadores como o israelense Ilan Pappe enxergam na expulsão dos palestinos um projeto de limpeza

étnica que foi meticulosamente arquitetado pelos sionistas a fim de efetivar a criação de seu lar nacional. (PAPPE, 2006, p. 80). Ao analisar os escritos de Herzl, idealizador da perspectiva sionista, Edward Said nos demonstra o quanto a perspectiva imperialista foi assimilada pelo jornalista austríaco a ponto deste já imaginar uma possibilidade de esvaziamento territorial para a Palestina ainda no século XIX.

Em 1880, havia cerca de 650 mil pessoas, de maioria árabe, na região. No diário de Herzl, Said percebe o que ele chama de “premonição assustadora do que aconteceu depois”. Afinal, Herzl prevê a expropriação de uma massa de nativos pobres, a qual deveria ser realizada com discrição e circunspecção. Segundo Said:

Com um cinismo sinistramente apurado, Herzl previu que a pequena classe de grandes proprietários de terras poderia ser ‘comprada’- como realmente foi. O esquema para desalojar a população nativa da Palestina superou em muito qualquer plano vigente na época para tomar vastas regiões da África (SAID, 2011, p. 80).

Nesse sentido, é que se volta a questão do sionismo: tal visão de mundo foi muito bem manuseada pelos interesses imperialistas, principalmente se adicionarmos o elemento da já citada emancipação dos povos que era amplamente defendida por correntes progressistas do século XX, em especial os marxistas bolcheviques. No país no qual se deu a criação dos pogroms, verdadeiras campanhas de ataques antijudaicos organizados entre 1881 e 1884, na Rússia Imperial pela Okhrana (polícia secreta do Tzar), havia emergido uma revolução proletária que ameaçava as ambições territoriais das potências europeias. A publicação da brochura Imperialismo: estágio superior do capitalismo, no mesmo ano da Declaração de Balfour e da própria Revolução Russa, explicitava a forma com que o recém-formado Estado soviético enxergava o domínio empreendido pelos europeus sobre outras nações ao redor do mundo.

Nesse ínterim, os bolcheviques denunciavam que a atribuição da Palestina aos judeus não era uma forma de combate ao antisemitismo, mas sim uma faceta do imperialismo britânico para mascarar a partilha imperialista do Império Otomano. Coggiola recorda que o próprio Arthur James Balfour, secretário das Relações Exteriores que assinou o documento, não enxergava o território palestino como o mais adequado para o estabelecimento dos judeus. Nessa linha, o autor também evoca a admissão do primeiro ministro britânico no momento da Declaração de Balfour que, segundo Coggiola, pode explicitar o que talvez seria um dos reais objetivos da Grã-Bretanha ao estender a mão para a causa sionista:

Em 1917 já era evidente a grande participação dos judeus da Rússia na preparação daquela desintegração geral da sociedade russa depois conhecida como revolução. Acreditava-se que se a Grã-Bretanha declarasse o seu apoio à realização das

aspirações sionistas na Palestina, um dos efeitos seria atrair os judeus da Rússia para a causa da Entente (...) Se a declaração tivesse vindo um pouco antes, possivelmente alteraria o curso da revolução (sic) (COGGIOLA, 2024, p. 41).

Essa questão nos proporciona elementos pertinentes para uma reflexão elaborada acerca das relações que envolveram o sionismo e o imperialismo, bem como o impacto do primeiro no interior dos partidos revolucionários comunistas. Ao conhecer seus principais adversários, os Estados imperialistas, em especial a Grã-Bretanha, sabiam como captar sentimentos e causas específicas em prol do melhor cumprimento de seus objetivos.

Nesse caso, a percepção de Rogan, ao identificar no imperialismo o fio condutor para a beligerância no território palestino, ganha maior potência diante da conjuntura que atravessava os emaranhados contextos que sucederam os dois conflitos mundiais. O elemento da “ameaça comunista”, nesse caso, não deve ser ignorado, mas sim redimensionado e avaliado em suas estruturas de formulação e comportamento político na arena internacional. Nesse sentido, os posicionamentos das organizações que reivindicavam o fim do domínio do capitalismo - o qual encontra sua forma mais aprimorada no imperialismo - é igualmente relevante para captarmos aspectos relevantes que se embaracam diante da miríade de fatores que atravessaram um conflito tão longevo.

Originalmente o documento da ONU previa a criação de dois Estados, mas o que ocorreu foi somente a criação do Estado de Israel. O que deveria vir a ser o Estado palestino, foi ocupado em parte por Israel, e dividido por outras nações: a Faixa de Gaza ficou sob o controle do Egito e a Cisjordânia e a parte leste de Jerusalém ficaram com a Jordânia. Cerca de 700 mil árabes palestinos foram expulsos ou deixaram suas casas e cidades, tornando-se refugiados em países vizinhos como a Jordânia e o Líbano. Simultaneamente, judeus de várias partes do Oriente Médio e sobreviventes do Holocausto na Europa passaram a migrar em massa para a região. Estava preparado o cenário perfeito para uma longa e duradoura catástrofe.

A burocratização da URSS e sua relação com o posicionamento acerca da criação do Estado de Israel

Em 1924, Lênin morreu vítima de um Acidente Vascular Cerebral. O revolucionário russo, antes de padecer, já havia posicionado-se, ditando para que suas secretárias datilografassem suas reflexões durante vários dias, exprimindo, por vezes, algumas ressalvas em relação a alguns membros do Politburo. Em um escrito que ficou conhecido como seu testamento político, Lênin apontou

problemas nos mais diversos dirigentes, mas o que mais nos chama atenção retrospectivamente, é seu tratamento para com o Secretário Geral, Josef Stálin:

O camarada Stalin, convertido em secretário geral, concentrou em suas mãos um poder ilimitado, e não estou seguro de que saiba utilizá-lo sempre com prudência suficiente. Por outro lado, o camarada Trotski, como já demonstrou sua luta contra o Comitê Central no problema do Comissariado do Povo para as vias de Comunicação, não se destaca apenas por suas capacidades eminentes. Pessoalmente, talvez seja o homem mais capaz do atual C.C, porém é também presunçoso em excesso e se apaixona em demasia pelos aspectos puramente administrativos do trabalho (Lênin, 2012, p. 51)

Após o término da leitura do documento em uma reunião realizada na alta cúpula do partido, Grigori Zinoviev saiu em defesa de Stálin, não sem antes falar de uma admiração total ao falecido líder que, apesar de sua magnitude, havia se equivocado em relação a suas preocupações com Stálin, que, em seu juízo, seriam infundadas. Lev Kamenev também o apoiou. Leon Trotski, por sua vez, havia voltado recentemente de seu retiro na região do Cáucaso e permaneceu em silêncio. A discordância se deu com a insistência de Nadjla Krupskaya, ex-esposa de Lênin, pela leitura do testamento no Congresso. Pelo voto da maioria, de 30 a 10, optou-se pela confidencialidade do documento entre os delegados.

O que nos interessa aqui não é necessariamente o acerto ou não das previsões de Lênin, tão pouco a maior legitimidade de Trotski para o papel de liderança do partido, mas sim a forma com que Lênin já havia percebido uma alteração nas formas de se realizar a política interna do partido, identificando em Stálin uma influência potencialmente perigosa, capaz de comprometer a democracia interna. Contudo, é importante ressaltar o contexto em que a sociedade soviética se encontrava naquele momento: a população e o próprio partido havia acabado de passar por uma violenta Guerra Civil (1918-1921), na qual a escassez de alimentos e uma inflação galopante devastavam os custos de vida das massas. Em um prefácio ao livro do historiador francês Jean Jacques Marie, o historiador brasileiro Jaime Pinsky, nos recorda que, neste conflito é possível visualizar a premeditação da

oposição entre teoria socialista e o socialismo real, aquele que em vez de construir a sociedade mais avançado do mundo, viria a criar o culto à personalidade, os serviços secretos utilizados para destruir inimigos reais ou imaginários dos detentores do poder, as perseguições em larga escala, os crimes de opinião e o Terror, pura e simplesmente. O ovo e a serpente estavam crescendo e se mostrando já nessa guerra civil (PINSKY, 2017, p. 11).

Nesse caso, temos que a ideia de que a derrocada da revolução em direção a certas “deformações” no interior do Estado e do partido - os quais teriam se fundido como uma só coisa em

um só tempo, formando o chamado “nascimento da partidocracia”, como bem sinalizou Aleksandr Podtchkoldin (1994, p. 119) - remonta a Guerra Civil, sendo uma percepção detectada na análise de muitos autores que se debruçaram sobre o tema. A título de exemplo, temos o professor de História Oriental da Universidade de Roma, Silvio Pons, que coloca não somente a Guerra Civil como forte elemento de influência para a forma com que o stalinismo operava interna e externamente, como também destaca o componente revolucionário como uma herança legitimadora para a coesão do tecido social que revestia a sociedade soviética. Assim, reservado na URSS, o código classista permanecia, portanto, essencial para definir o papel e a identidade do Estado originado pela revolução na política mundial.

A fonte de legitimação representada pela revolução era irrenunciável (...) oferecia um inestimável elemento de força que nem o Império russo, nem outros impérios modernos haviam possuído: a possibilidade de contar com uma multidão organizada de seguidores no campo adversário (PONS, 2008, p. 107).

Entre os pioneiros dessa linha de pensamento podemos citar o próprio ex-comandante do Exército Vermelho, Leon Trotski, em sua obra *A Revolução Traída*, análise que esforça-se por precisar a natureza política do Estado soviético. Na historiografia temos Edward Hallet Carr, soviólogo da década de 1960 que empenhou-se em entender a nova formação política que se deu com a ascensão de uma troika, nomenclatura usualmente utilizada para se referir a formação que envolve Stálin, Zinoviev e Kamenev. Junto de Carr temos o historiador polonês Moshe Lewin que, em sua obra *Lenin's Last Struggle*, demonstrou que, antes de sua morte, o revolucionário russo havia percebido a forma com que o partido alterava sua dinâmica interna em direção a burocratização do aparato partidário e estatal.

O quadro de devastação deixado pela Guerra Civil proporcionou um novo cenário, no qual grande parte dos militantes que conquistaram o Estado em 1917 haviam sido dizimados e a rearticulação de seus quadros foi realizada a partir de uma vastidão de sujeitos sem uma formação precisa e, pior ainda, em um situação de subsistência, na qual ocupar um cargo no governo soviético representava uma posição de prestígio. Esse cenário permitiu a adesão a certas perspectivas que, em momentos anteriores, seriam amplamente rejeitadas. Este é o caso da ideia de socialismo em um só país, elaborada por Stálin e Nikolai Bukharin. Em termos sintéticos, essa teoria surgiu como uma forma de atacar um membro de longa data (Trotski e sua teoria da Revolução Permanente) que, aos olhos da troika, estava articulando movimentações que ameaçavam não somente sua estabilidade, mas também rompiam com os preceitos do “marxismo-leninismo”, termo cunhado pelos próprios triunviros a fim

de legitimar-se enquanto herdeiros da tradição de Lênin.

Em sua biografia política sobre Stálin, Isaac Deutscher pontua que durante muitos meses e até o verão de 1925, nem Stálin nem seus aliados tocaram na questão do socialismo em um só país. O próprio Secretário Geral não tinha uma perspectiva muito clara do que se tratava. A formulação original de 1924 de sua obra *Fundamentos do Leninismo* indicava justamente a impossibilidade do triunfo completo do socialismo em um único país. Como resolver tal contradição? Ora, retirando a primeira edição de circulação e desvinculando-se dela por apócrifa.

A princípio, não se deu conta do peso que as circunstâncias logo iriam conferir ao socialismo num só país. Chegou à fórmula às cegas, descobrindo novo continente, por assim dizer, enquanto acreditava navegar por outros mares bem distantes (DEUTSCHER, 2006, p. 303).

A ideia de que se poderia construir um socialismo em um único país tornou-se o pano de fundo das pretensões políticas soviéticas, uma vez que dialogava diretamente com o contexto específico de seu surgimento e era justificadora de suas bases e delimitações. Ainda que esta não tenha se reproduzido tout court, adaptando-se às novas dinâmicas que apareciam e formavam-se no âmbito internacional, sua limitação ao território russo justifica-se frente à ameaça do imperialismo dos países europeus. Esta percepção de ameaça perene, ao lado da herança revolucionária e a assimilação aos pensamentos de Lênin são os grandes fios que conduzem a devida legitimidade para a manutenção da governança ali existente. No caso aqui tratado, a perspectiva em relação à questão nacional que Stálin sustentava seria primordial para a leitura das conjunturas específicas de outros países, e a Palestina não foge a essa lógica. Isso porque, na Internacional Comunista a dimensão teórica stalinista fez-se sentir junto de sua perspectiva sobre nação, a qual pode ser detectada em um escrito de 1913, no qual o “Homem de Ferro” dirá que:

Uma nação é, antes de tudo, comunidade, uma determinada comunidade de homens. Comunidade que não é de raça nem de tribo. A atual nação italiana foi formada por etruscos, romanos, germânicos, gregos, árabes, etc. A nação francesa foi constituída por gauleses, romanos, bretões, germânicos, etc. E outro tanto podemos dizer dos ingleses, alemães, etc, cujas nações foram formadas por tribos e raças diversas. Vemos, pois, que nação não é comunidade racial ou tribal, mas uma comunidade de homens formada historicamente (KELEMEN, 2006, p. 133).

Segundo o historiador Paul Kelemen, a definição inicial no tocante a ideia de nação por parte de Stálin, que incluía também o território linguístico, a vida econômica e a constituição psicológica manifestada em uma comunidade de vida" negava a legitimidade da nacionalidade judaica"(KELEMEN, 2006, p. 133). O que torna a questão pertinente para a nossa análise se levarmos

em conta que há uma alteração do tratamento para com o sionismo a partir da invasão do território soviético pela Alemanha nazista em 1941. Isso porque, em um esforço por endossar o apoio judeu em sua frente antifascista, a União Soviética flexibilizou as suas críticas ao sionismo. Ainda segundo Kelemen, tal modificação se deu para a melhor adaptação dos objetivos soviéticos no Oriente Médio, ignorando amplamente as demandas palestinas e suas aspirações nacionais.

Ao analisar as idas e vindas da administração soviética, Trotski pontua que “Os zigue-zagues da política governamental refletiram não apenas as contradições objetivas da situação, mas também a insuficiente capacidade dos dirigentes de compreendê-las e reagir profilaticamente contra elas.”

³Apesar de no momento em questão o autor tratar especificamente sobre economia e não sobre política internacional, a partir da leitura da “insuficiente capacidade dos dirigentes de compreender” as questões objetivas que atravessam a dimensão política, podemos refletir acerca das implicações do posicionamento da União Soviética na criação do Estado de Israel.

Isso porque se pensarmos que a casta burocrática que dirigia o governo soviético realizava nomeações pelo alto e ocupava-se mais na manutenção da situação russa do que no apoio tácito a movimentos comunistas internacionais⁴ - sem contar a herança da revolução de 1917 e o dogma do “marxismo leninismo” como instrumento de legitimidade da troika - temos que seus posicionamentos estratégicos visavam, sobretudo, a estabilidade governamental, e não uma atenção minuciosa a questões nacionais sensíveis de cada país, como era o caso da Palestina.

Nessa direção, Silvio Pons é certeiro quando convida os historiadores que se debruçam sobre o modus operandi stalinista a refletirem melhor. Não no aspecto da intencionalidade, algo pouco detectável em virtude da dificuldade de acesso a fontes, em parte, graças à cultura do segredo, que tratava grande parte das decisões sem ata e a portas fechadas, ou até mesmo na dasha de Stálin. No

³ Trotski, Leon. *A revolução Traída*. 2023, p. 78.

⁴ Como sugerimos anteriormente, não se pode afirmar que na União Soviética de Stálin há um abandono total do apoio a levantes internacionais. Contudo, tal apoio, na maioria das vezes, foi realizado por meio de financiamentos indiretos e do não acompanhamento das situações e realidades nacionais específicas. Essa questão se deve principalmente à perspectiva de Stálin que era um tanto quanto “etapista”: acreditava-se na necessidade de uma revolução burguesa em países com histórico colonial como uma etapa necessária para o posterior levante revolucionário. A linha trotskista, por sua vez, via a sua perspectiva de Revolução Permanente, a partir da releitura da obra de Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, tinha a própria classe operária como propulsora do cumprimento de tarefas historicamente realizadas pelas burguesias nacionais durante suas respectivas revoluções. Pode parecer estranho ao leitor acreditar que uma orientação teórica possa ter desdobramentos tão complexos a ponto de repercutir tão assiduamente nas realidades institucionais. Contudo, como nos alertava Marx: se a aparência e a essência das coisas coincidissem imediatamente, toda ciência seria supérflua (Marx, 2017, p. 880).

lugar de perguntarmos sobre pretensões individuais, o autor sugere que os historiadores dirijam seu foco para a forma com que o sistema se reproduziu em larga escala:

Muitos documentos de arquivo permanecem fora do alcance dos investigadores, a começar por uma parte essencial das cartas pessoais de Stalin. Nesse meio tempo, políticas praxe que se instauraram na época, tais como a fragmentação das sedes de decisão, a desautorização do Politburo, a tradição de decidir os assuntos de Estado na casa de campo particular de Stalin, nos levam a deduzir que dificilmente encontraremos respostas para numerosas perguntas. O fato, porém, é que insistir na decision making pode ser um equívoco, pois o problema parece ser mais amplo: ele é resultado da dificuldade de se obter uma síntese interpretativa e um consenso historiográfico em torno das motivações profundas da política e da perspectiva imperial, dos elementos culturais e ideológicos que tinham prioridade nas estratégias de Stalin, das motivações e dos objetivos dessas mesmas estratégias (PONS, 2008, p. 101).

Nesse caso, Pons identifica não somente o socialismo em um só país como uma visão de mundo que atravessava inúmeros aspectos da forma de visualizar a política externa soviética, de forma a assegurar não só a existência das conquistas de outubro como também manter-se diante da ameaça de um mundo imperialista que o tempo todo estaria constantemente tentando derrubar o Estado soviético. Nesse sentido que o autor traz à tona sua perspectiva de categorizar a URSS enquanto um Império, não nos termos de imperialismo trabalhados pelos autores do século XX, mas de um território com vastas estruturas administrativas, expansivo, ao menos na medida que assegura sua própria sobrevivência diante da ameaça supracitada, e com estruturas de poder e força política sofisticadas.

O que realmente contava, mesmo pós a vitória na Segunda Guerra Mundial, não era mais o projeto revolucionário dos bolcheviques, e sim o sucesso da política de potência soviética no afrontamento e desmoronamento do “mundo” composto pelas outras potências capitalistas, começando pela inclusão de uma parte da Europa no “mundo” soviético. O crescimento da potência soviética era visto como um fim em si mesmo (...) Como observa Lieven com base nas memórias de Molotov, o tradicional princípio imperial que ligava território, expansão e poder vinha expresso pelos dirigentes stalinistas ‘com uma crueza tal que teria feito tremer até mesmo os ministros de Nicolau II’ (PONS, 2008, p. 101).

Independente da defesa de Pons da categoria de Império para o regime soviético ser pertinente ou não, nosso enfoque se dá na medida em que o autor traz à tona a dimensão do “crescimento da potência soviética vista como um fim em si mesmo”. Este aspecto, somado à análise que concebe a URSS enquanto um Estado burocratizado, é fundamental para apreendermos as motivações para o apoio à criação do Estado de Israel: a própria segurança e estabilidade soviéticas frente ao restante das potências capitalistas, como uma estratégia de não afrontamento e, ao mesmo tempo, tentativa de aproximação com o novo Estado emergente.

O reconhecimento

No que diz respeito às políticas soviéticas que apoiaram a criação do Estado, inclusive com a URSS tendo sido o primeiro Estado a reconhecer a legitimidade de Israel após a sua proclamação em maio de 1948, temos uma nação que até então havia condenado avidamente o sionismo prestando apoio ao seu projeto político iniciado por Herzl. Assim, no dia 17 de maio de 1948, Víacheslav Molotov, então Ministro das Relações Exteriores da União Soviética enviou um telegrama para o Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório de Israel no qual constava a ideia de que o estabelecimento do Estado judeu traria paz para a região:

(...) o Governo da URSS decidiu estender o reconhecimento oficial ao Estado de Israel e ao seu Governo Provisório. O Governo Soviético acredita que a criação pelo povo judeu do seu Estado soberano servirá a causa de reforçar a paz e a segurança na Palestina e no Oriente Médio e expressa confiança de que as relações amistosas entre a URSS e o Estado de Israel se desenvolverão com sucesso (WESTON, 2024, On-line).

Rashid Khalidi em seu amplo estudo acerca da guerra no território palestino delineia rapidamente a forma com que os diferentes interesses dos dois principais protagonistas da Guerra Fria confluiram na forma do apoio da criação do Estado de Israel. Ambos contribuíram em quesitos de apoio militar. De um lado, os Estados Unidos, com o histórico de raízes profundas com o sionismo político tanto dentro da comunidade quanto entre grupos cristãos, com destaque para algumas comunidades protestantes.

Somado a isso, os interesses de aliança e influência sobre uma potência petrolífera, de forma a garantir maior penetração no Estado recém criado ao mesmo tempo em que se visava diminuir a presença britânica na região. Este último motivo, em particular, também era uma percepção do Estado soviético, com a sua inclinação a “combater o imperialismo britânico” na região. Contudo, este casamento entre socialistas e sionistas teria tido curta duração, com a rápida percepção do equívoco cometido pelos soviéticos em apoiar tal empreitada:

Stálin e seus colegas na liderança soviética logo se aborreceram com um Estado que eles supunham ser um protegido socialista da União Soviética. Eles haviam esperado que Israel serviria como um contrapeso progressista àquilo que Moscou via como peões da Grã-Bretanha, as monarquias árabes reacionárias alinhadas aos britânicos na Jordânia, no Iraque e no Egito, e que ele se alinharia totalmente com a União Soviética (KHALIDI, 2024, p. 107).

Contudo, os comunistas soviéticos rapidamente se frustraram com a posição de neutralidade que Israel havia escolhido, somada a aproximação dessa nação quando da Guerra da Coreia (1950-1953), as relações sino-soviéticas foram enfraquecendo cada vez mais, principalmente com o maior alinhamento soviético com alguns Estados árabes na região, ao passo que Israel se aproximava cada vez mais de antigas potências coloniais, como Grã-Bretanha e França, em contrabalanço à aproximação dos comunistas russos com o Egito. “Assim, a luta de mel soviética com o sionismo e Israel provou ser efêmera” (KHALIDI, 2024, p. 107).

Ao analisar as questões pertinentes à ciência política e à geopolítica global durante a fundação do Estado de Israel, Aura Gomes nos situa de que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, há uma forte preocupação da União Soviética de “manter as esferas de influência para deter a expansão do Ocidente, evitando, dentro do possível, a instalação de bases militares na região” (GOMES, 2021, p. 43). A autora também contempla essa mudança abrupta na forma de enxergar o sionismo, como tratamos anteriormente. Até o fim da Segunda Guerra, os soviéticos tiveram como prioridade a segurança em relação às fronteiras do sul, o que, segundo Aura Gomes, traduziu-se em ações dinâmicas no Irã e, principalmente, na Turquia, objetivando o controle dos estreitos (2021, p. 41). Após 1945, seja em função do forte prestígio da vitória soviética no conflito mundial ou pela continuidade de uma política de proteção sob a iminência de outro conflito com as potências capitalistas, há uma reorientação estratégica para o Oriente Médio árabe.

O Dodecaneso, ilhas no Egeu até então pertencentes à Itália, estava em disputa no acordo de paz. Os soviéticos reivindicaram uma base tanto nessa região quanto na Eritreia e na Etiópia visando não ficar dependente dos estreitos controlados pela Turquia (região do Mar Negro) bem como projetar-se na região do Mar Vermelho, rota para o Golfo Pérsico, em regiões que tradicionalmente estavam sob a influência britânica. Nesse movimento, os governos soviéticos denunciaram os tratados que haviam sido firmados com a Turquia em 1925⁵, solicitando bases de defesa conjuntas soviético-turcas. Tudo isso demonstra uma preocupação com a segurança para a saída soviética ao Mediterrâneo. Além disso, temos a permanência da URSS no norte do Irã, que havia sido ocupado durante a Segunda Guerra Mundial, com objetivo de pressionar por concessões de petróleo e fortalecer o partido

⁵ Trata-se do Tratado de Amizade e Neutralidade de 1925, estabelecido entre União Soviética e Turquia. Ele retomava a amizade entre os dois países que havia sido estabelecida em 1921 (Tratado de Moscou e Tratado de Kars) e o ponto central do documento era o compromisso de neutralidade em caso de ataque a uma das regiões, bem como a não-agressão e o reconhecimento mútuo das fronteiras estabelecidas após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Independência da Turquia (1923). Os tratados em questão tomaram forma, no cenário contemplado no texto, de reivindicações e pressões contra a Turquia, o que gerou respostas por parte do Ocidente.

comunista da região, a fim de angariar influência.

O ocidente reagiu com a recusa dessas demandas, apoio a Grécia contra a revolução comunista que ali se formava⁶ e pressionando Moscou pela retirada das tropas soviéticas no Irã. Assim, a penetração estratégica dos soviéticos no norte do Oriente Médio é derrotada por uma política de contenção, com ajuda militar no caso da Grécia e estímulo para que esta, junto da Turquia, juntem-se à OTAN. A *northern tier*, que era vista como prioridade no âmbito da segurança pelos soviéticos, estava comprometida. Dessa forma, o governo soviético optou por fortalecer-se ao sul, apostando na hostilidade ao ocidente como possibilidade de estabelecimento de maior influência e eventuais alianças: “os líderes soviéticos promoveram, então, nos Estados árabes, a penetração de agentes e propaganda anti-ocidentais, ao mesmo tempo em que se aproximavam dos governos (GOMES, 2021, p. 46).

Gomes nos aponta que na ocasião, ao reconhecer a criação de Israel, não havia dúvidas de que tal decisão fecharia as portas do mundo árabe para os comunistas russos. Mobilizando autores como John Campbell a autora lembra da garantia da retirada das tropas britânicas da região como um argumento forte entre historiadores que se debruçaram sobre o tema. Contudo, é interessante notar que, apesar de a maior parte dos autores apontarem para uma estratégia de frear a influência britânica no Oriente Médio como a principal causa para o apoio dos soviéticos a criação do Estado de Israel, Gomes não se convence e levanta indícios de outras questões específicas, embora não chegue a uma conclusão precisa.

Segundo a autora, a simples retirada da Grã-Bretanha na Palestina não acarretou ganho significativo à União Soviética, e a aposta política de um (talvez) Estado pró comunista era demasiado arriscada. Além disso, era visível o lobby estadunidense para a aprovação da partilha, o que deveria deixar os russos mais desconfiados acerca de tal movimentação. O que se cogita é a hipótese da eventual mudança da política dos EUA, passando a apoiar os árabes para contraporem uma aliança russo-judaica. Contudo, independentemente dos resultados, a Grã-Bretanha sairia prejudicada, uma vez que o nacionalismo árabe já empenhava em combater o domínio britânico, o que torna o argumento de que apenas “atrapalhar os ingleses” parece pouco frutífero, deixando a questão cada vez mais nebulosa.

Cabe, portanto, refletir sobre a natureza política do Estado Soviético, pretensões da burocracia

⁶ Para um melhor aprofundamento da intervenção britânica no conflito grego recomenda-se o trabalho de Felipe Souza acerca do tema *in SOUZA, Felipe Alexandre Silva de. A intervenção britânica na segunda fase da guerra civil grega (1944-1945)* Tese (Doutorado em História Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022).

que ali estava e a conjuntura específica do pós guerra, a fim de angariar uma leitura minimamente mais aprofundada acerca da estrutura política que propiciou tal mudança. Nesse caso, que perspectiva orientava os “zig-zags” a que Trotski havia se referido? Ora, trata-se justamente de uma pretensão de estabilidade do Estado Soviético. John Lewis Gaddis, teria dito em Inteligência, Espionagem e Origens da Guerra Fria que Stálin queria, a sua maneira, “permanecer [friends] com os americanos e os britânicos: seu objetivo era garantir a segurança do seu regime e do Estado que governava (...) ele esperava fazer isso não por meio da guerra, e de preferência com a cooperação ocidental” (GADDIS, 2007, p. 209).

Nos últimos anos, alguns autores, em especial o historiador estadunidense Kevin Murphy, na tentativa de definir o que é stalinismo, têm refletido acerca de um aspecto essencial de se apreender sobre o conceito: a perspectiva de Trotski da década de 1930, na já citada obra Revolução Traída, na qual consta a ideia de que “Stálin não havia criado o aparato, o aparato que o criou”. Tal leitura, segundo Murphy, é uma noção útil para mapear a base social do fenômeno social que atravessou a União Soviética, uma vez que o próprio Lênin teria detectado tais “deformações burocráticas” apenas dois anos antes de sua morte, em 1922, ao sustentar que

a máquina (o Estado) se recusou a obedecer a mão que a guiava. Foi como um carro que não se dirigia para o destino desejado pelo motorista, mas na direção desejada por outro alguém; como se estivesse sendo dirigido por uma mão invisível (...) Seja como for, o carro não está indo exatamente na direção que o homem sobre as rodas imagina, e às vezes chega a ir em uma direção completamente distinta (LENIN, 1965, p. 43 apud MURPHY, 2017, On-line).

Em um verdadeiro amálgama que envolve a percepção de Lênin acerca do Estado, a qual também é atravessada pela identificação de tal instituição enquanto um instrumento de exploração da classe oprimida, temos que, em certos momentos, a depender da configuração das classes em luta, em caso de equilíbrio entre ambas as forças, o Estado pode assumir certo grau de independência em relação a ambos. Teria sido este o caso do bonapartismo, tal qual o primeiro e o segundo Impérios da França, de Bismarck na Alemanha e, segundo Lênin, do governo de Kerensky, em 1917

(...) depois da perseguição do proletariado revolucionário, em um momento em que os soviets, em razão da direção dos democratas pequeno-burgueses, já são impotentes e a burguesia ainda não é suficientemente forte para pura e simplesmente os dissolver (LÊNIN, 2017, p. 35).

Daí a designação de Trotski acerca do regime stalinista que seria, na percepção do ex-comandante do Exército Vermelho, um “kerenksmo reverso”. Murphy acrescenta, ainda, que a caracterização de Lênin é descritivamente correta, contudo, insuficiente para discutir o sistema no que

se refere às suas contradições e desenvolvimento interno nos anos 1920. O bonapartismo, grosso modo, descreveria a autonomia relativa do Estado oscilante entre classes conflitantes. Para Trotski, no caso soviético, essa configuração se daria, justamente, via o embate entre os interesses das classes operárias de um lado, e do outro, o próprio Estado como uma “classe em luta”⁷. Baseando-se na obra *O nascimento do stalinismo*, do historiador tcheco Michel Reiman, Murphy argumentará que as políticas sociais repressivas teriam sido uma reação profunda a uma crise social em uma fase tardia da Nova Política Econômica (NEP):

Muitos fatores relacionados contribuíram para esta crise. Primeiro, a colheita de 1927 foi tão ruim que, no início de 1928, foi introduzido o racionamento de comida. Este foi seguido por uma colheita ainda pior em 1928. A crise rural foi combinada, ainda, com uma crise na indústria. Se a economia soviética havia se recuperado aos níveis anteriores à guerra por volta de 1928, os equipamentos começaram a quebrar e não havia mais fundos para uma expansão industrial futura. Hiperinflação, falta de alimentos e desemprego crescente levaram a processos generalizados de agitação urbana. O stalinismo não era um “plano bem pensado”, demonstrou Reiman, mas uma resposta estatal “extrema” para esta crise. Esta envolveu a requisição forçada de grãos contra os camponeses, um prelúdio à coletivização forçada que se seguiria (MURPHY, 2017, *On-line*).

Dessa forma, se visualizarmos a natureza política do Estado soviético como algo embebido em tais contradições de classe que o situam em uma posição de autonomia relativa, sendo o próprio aparato uma “casta parasitária”, nos dizeres de Trotski, a qual almeja perpetuar-se e manter sua posição de poder em detrimento de ganhos na revolução internacional, temos uma formulação interessante para a caracterização do stalinismo. Assim, é possível refletir acerca da visão de mundo que guiava as pretensões do Estado SOVIÉTICO na época da criação do Estado de Israel. Tal dimensão teórica, somada à metodologia adequada para a sua apreensão, se faz um exercício fundamental.

Recentemente, tal empreitada tem sido operacionada por alguns autores brasileiros, os quais têm procurado utilizar a concepção trotskista de Estado Operário Burocratizado para entender a organização política da União Soviética durante grande parte de sua existência⁸. No nosso caso, esta percepção se faz fundamental para entendermos o emaranhado de contradições que envolveram o apoio soviético à criação do Estado de Israel e as consequentes oposições ou apoio a tal postura entre os partidos comunistas ao redor do mundo. Se acrescentarmos a isso elementos conjunturais e factuais

⁷ Kevin Murphy detecta uma imprecisão na primeira avaliação de Trotski, que via nos Kulaks (camponeses ricos) a outra classe em luta. Contudo, em seus escritos tardios, o próprio Estado (a estrutura burocrática visando a manutenção de sua estabilidade) iria representar uma porção social capaz de proporcionar tal autonomia relativa.

⁸ Cf. MONTEIRO, Marcio; ROMÃO, Morgana. **O Stalinismo e a União Soviética segundo a interpretação de Leon Trotsky.** 2020.

junto de uma análise que contemple a dimensão da produção acerca do tema em sua época, temos a possibilidade de examinar mais de perto as nuances que envolvem a URSS na complexa configuração geopolítica que atravessava o momento aqui trabalhado.

Considerações Finais

Ao analisar o debate que envolve a natureza política do Estado soviético, contemplando a sua dinâmica peculiar com análises de outros autores que versaram sobre o tema, temos motivações políticas, conjunturais ou pragmáticas, formando um quadro complexo no qual, em um primeiro momento, realizava-se uma forte crítica ao sionismo e, posteriormente, tanto a fim de angariar o apoio judaico para a causa socialista quanto devido a invasão nazista ao território soviético, essa crítica desaparece.

Nesse caso, a estabilidade do regime nos parece ser um fio condutor não somente das políticas internas quanto também das questões de ordem internacional. A teoria do socialismo em um só país, apesar de sua clara retórica opositora à perspectiva de Revolução Permanente de Trotski, era a visão de mundo que guiava e justificava as instâncias decisórias da URSS. A revisão bibliográfica nos permitiu a formulação de diferentes hipóteses, assimiladas à perspectiva teórica apropriada para tal empreitada. Dessa forma, constatou-se que a mudança de posicionamento acerca da questão do sionismo e também no interior do partido, acompanhada da ideia de que é necessário olhar para a dinâmica social específica da URSS para a melhor obtenção de percepções que atravessavam as decisões ali tomadas. Assim, a leitura deste Estado enquanto “bonapartista”, em vista de sua construção abranger elementos históricos, conjunturais e de classe, é frutífera para uma análise que pretende interpelar pelas motivações para posicionamentos controversos e afastados das bandeiras que inauguraram a Revolução de Outubro de 1917.

A crítica ao sionismo, algo que foi exercido durante boa parte da existência da União Soviética, desde a época de Lênin, até a flexibilidade da crítica após a invasão do território russo pelos nazistas, foi abandonada em prol dos interesses estratégicos no âmbito internacional. À luz da leitura de Trotski acerca do Estado Soviético, podemos concluir que essas diferentes mudanças de posicionamento também refletem um arranjo político que opta pela sua estabilidade em detrimento da expansão da revolução a nível internacional, o que teria se traduzido na perspectiva da doutrina do Socialismo em um só país, a qual também foi braço de legitimação teórica da nova formação política que se deu no interior do aparato do partido nos anos 1920.

A teoria do socialismo em um só país, como apontada por Silvio Pons, foi o guia da forma de visualizar as questões políticas externas e internas. Nesse caso, o que se objetivava era assegurar as zonas de influência e estabilidade soviéticas em um movimento que, tal qual após a Guerra Civil Russa que encontrou seu fim em 1921, acreditamos que o cenário pós 1945, em um flagrante esforço de remanejamento das orientações políticas que visavam assegurar a estabilidade burocrática, temos uma sociedade desgastada por uma guerra espoliadora.

Em ambos os casos, a opção da burocracia foi por uma condução política que fosse garantidora da manutenção de seus quadros, não tendo mais o alastramento da revolução mundial em seu horizonte. Em suma, o abandono do internacionalismo revolucionário, atravessado por questões políticas de primeira hora e da conjuntura específica do pós-guerra. Não pretendemos, aqui, esgotar a questão, mas sim fornecer uma nova possibilidade de se visualizar o Estado Soviético e com isso oferecer uma nova abordagem para encarar suas movimentações no âmbito internacional. É importante ressaltar que Trotski foi assassinado em 1940, antes de ver o final da Segunda Guerra Mundial e todos os desenlaces das políticas soviéticas. Portanto, sua leitura não é única, e pode ser incrementada ou expandida à luz de outras formulações e percepções acerca do tema.

Referências Bibliográficas:

- COGGIOLA, Osvaldo. **O sionismo: da luta contra o antisemitismo ao Neocolonialismo** in Guerra Israel - Palestina e crise mundial. São Paulo: Livraria da Física. 2024.
- DEUTSCHER, Isaac. **Stálin, uma biografia política**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2006.
- GADDIS, John Lewis. **Intelligence, Espionage, and Cold War Origins**. *Diplomatic History*, Oxford, v. 13, n. 2, p. 191-213, 1989.
- GOMES, R. Aaura. **Interesses da URSS no Oriente Médio** in A questão Palestina e a Fundação de Israel. Dissertação de mestrado em Ciência Política na Universidade de São Paulo. 2001.
- JUNE, Edmunds. **'The Left's Views on Israel: From the establishment of the Jewish state to the intifada**. Tese de doutoramento em Ciência Política London School of Economics and Political Science. 1997.
- JUNIOR, Vandercléo C. Corrêa. **É como se a história sangrasse: A Nakba contínua palestina nas obras de Joe Sacco**. Monografia em História. Instituto de História: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2024.
- KELEMEN, Paul. **British Communists and the Palestine Conflict, 1929-1948**. 2006.
- Khalid, Rashid. **Palestina: um Século de Guerra e Resistência (1917-2017)**. Todavia. São Paulo, 2024.

- LENIN, **Collected Works**, Vol. 19, pp. 370-371, Lawrence and Wishart, 1963.
- LÊNIN, Vladimir. **Últimos escritos e Diário das secretárias**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O capital**. Volume 3. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONTEIRO, Marcio; Romão, Morgana. **O Stalinismo e a União Soviética segundo a interpretação de Leon Trotsky**. Revista Aurora, 2020.
- MURPHY, Kevin. **As origens e significados do stalinismo**. On-line: Revista Movimento, 2017.
- Nexo Jornal. **As origens do Estado de Israel e do conflito com os palestinos**. You Tube. 14 de maio de 2018.
- PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica na Palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.
- PINSKY, Jaime. Prefácio in Marie, Jean Jacques. **História da Guerra Civil Russa (1917-1922)**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- PODTCHKOLDIN, Aleksandr. “1922: **O nascimento da partidocracia**” In Coggiola, Osvaldo (Org.). Trotsky hoje. São Paulo: Ensaio, 1994.
- PONS, Silvio. **Império, Estado e ideologia na URSS stalinista**. São Paulo. Lua Nova, 75: p. 99-113. 2008.
- ROGAN, Eugene. **O desastre palestino e suas consequências** in Os Árabes: Uma história. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SAID, Edward. **A questão da Palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- TROTSKI, Leon. **A revolução Traída**. São Paulo: Editora Iskra, 2023.
- WESTON, Fred. **Stalin's responsibility in the creation of Israel and its disastrous consequences**. Communist: International Marxist Tendency, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://communist.red/stalins-responsibility-in-the-creation-of-israel-and-its-disastrous-consequences/>. Acesso em: 1 ago. 2025.